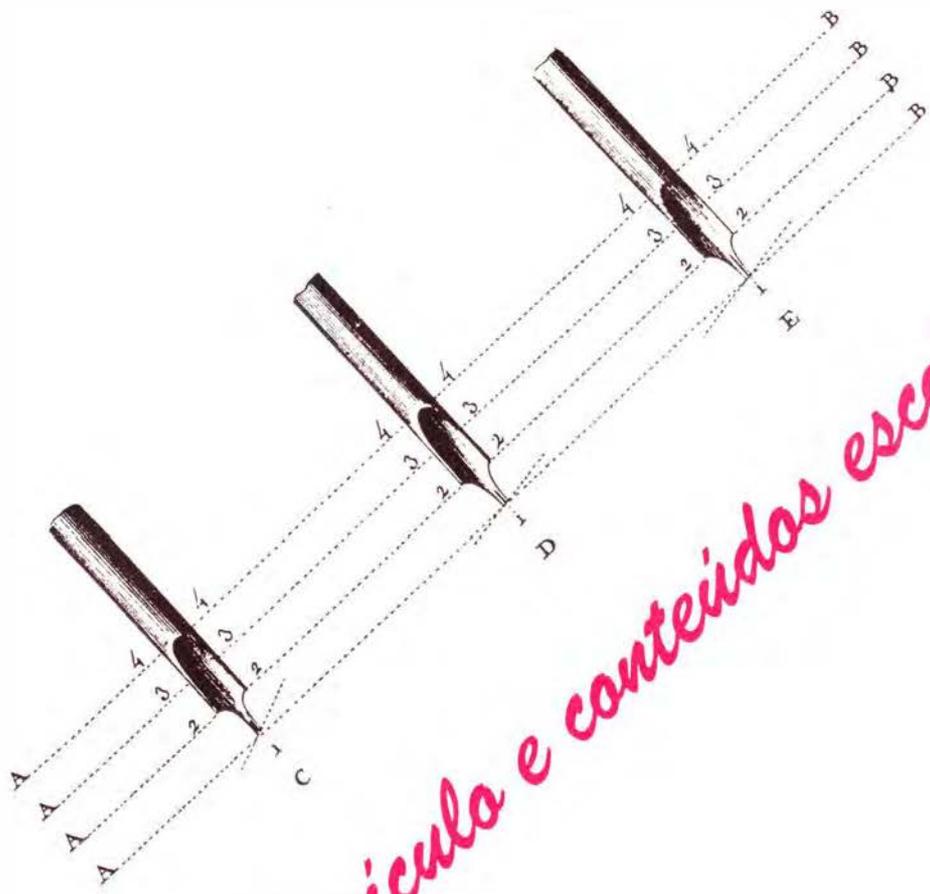


educação & realidade



Curricula e conteúdos escolares

Paradigmas de currículo e disciplinas escolares: um pouco da história, dos programas e das práticas curriculares

APRESENTAÇÃO

*Mérian Campos Bordas
Maria Lúcia C. Wortmann
Marisa C. Vorraber Costa
Rosa Maria Hessel Silveira*

Este trabalho é resultado e prolongamento de estudos conjuntos realizados pelas autoras como parte de atividade desenvolvida na disciplina Teorias de Educação e Currículo Escolar, do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua proposta é contribuir para a discussão de alguns pontos nucleares relativos ao conhecimento organizado no processo de educação formal, a partir da análise da inserção das disciplinas Língua Portuguesa, Ciências e Filosofia nos currículos escolares do ensino de 1º e/ou 2º graus.

Envolvidas há vários anos com a formação de professores e a atividade de pesquisa sobre currículo e ensino, temos, por imposições profissionais e, principalmente, por força de uma opção política, mantido estreito contato com a realidade das escolas públicas das redes municipal e estadual de ensino. Tal experiência permite ultrapassar a dimensão puramente acadêmica das análises sobre a instituição escolar e a polêmica questão dos conteúdos que devem ou não fazer parte dos currículos das escolas oferecidas à classe trabalhadora. Subsidiadas com os referenciais advindos dessa prática, temos utilizado os aportes da teoria contemporânea de currículo, especialmente aqueles desenvolvidos pela Nova Sociologia da Educação¹, para melhor entender essa realidade e, conseqüentemente, para nela melhor atuar. Também nos têm valido neste intento as reflexões de caráter epistemológico referidas às distintas áreas do conhecimento difundido pela escola.

Essa conjugação teoria-prática fundamentou o propósito de revisitar diferentes propostas curriculares oficiais apresentadas, em distintas

épocas, para três áreas de conhecimento. A intenção primeira foi a de analisar pressupostos teóricos subjacentes a tais propostas, de modo a alcançar o propósito principal do trabalho, ou seja, o exame histórico-crítico de três instâncias específicas de conhecimento enquanto relacionadas à teoria e à prática curriculares. Como referência inicial, tomou-se o trabalho de Domingues (1985, 1986) sobre os paradigmas curriculares dominantes nos Estados Unidos e no Brasil nos últimos quarenta anos. A estes, foi acrescentada a contribuição das análises da questão dos conteúdos escolares, tão apaixonadamente discutida na década de 80. Como pano de fundo; estavam nossas inquietações sobre o hoje e o amanhã da educação básica ministrada pelas escolas públicas, uma vez que a experiência direta já nos mostrara que problemas e disfunções verificados na área de currículo parecem ser particularmente agudos naquelas escolas.

No primeiro artigo, são apresentados e discutidos alguns dos aspectos mais significativos do pensamento curricular atual, de modo a melhor compreender as tendências predominantes no planejamento de currículos em diferentes épocas da educação no país. Deve-se assinalar que o privilegiamento da perspectiva histórica não implica desconhecer que esta necessita ser complementada por estudos de caráter etnográfico a serem desenvolvidos no cotidiano escolar. Tal complementação parece fundamental para que se possa, como acentuam Ball e Goodson, obter "insights sobre aqueles fatores que fazem a mediação entre o currículo proclamado e o real"².

Os textos dos artigos seguintes focalizam, sob abordagens peculiares a cada um dos

campos de conhecimento e a cada uma das autoras, uma série de propostas curriculares (por vezes também denominadas Programas) para o ensino, respectivamente, de Língua Portuguesa, Ciências e Filosofia. Trata-se de propostas apresentadas ou impostas por organismos responsáveis pelas decisões no sistema nacional e/ou regional de educação básica do país.

A unidade de análise é garantida, de um lado, pela perspectiva histórica na qual se efetua uma releitura de documentos e, de outro, pelo posicionamento crítico adotado para identificar as orientações teóricas e políticas subjacentes.

As variações observadas entre os artigos decorrem, ainda, da abrangência do período de tempo estudado ou da maior ou menor relação da análise com as contribuições advindas da prática docente ou de pesquisa das autoras. Por tal motivo, enquanto a revisão histórica na área de Língua Portuguesa inicia com programas da década de 30, nos outros artigos busca-se apresentar a posição do ensino de Ciências e de Filosofia nos currículos escolares desde épocas mais recuadas.

O estudo permitiu identificar nas propostas examinadas quais as tendências ou influências marcantes e representativas de determinadas concepções de educação, currículo e natureza do conhecimento, assim como a "duralidade" daquelas ao longo de diferentes momentos históricos. Também tornou perceptíveis as relações entre aquelas concepções e o momento político em que foram elaborados os programas. Finalmente, o estudo revelou a supremacia das orientações referidas ao ideário da educação liberal, como traço comum aos

programas propostos nas diferentes áreas.

Por outro lado, os dados obtidos levam a questionar afirmações talvez demasiado peremptórias a respeito do predomínio quase absoluto do paradigma técnico-linear de currículo no cotidiano da escola brasileira, tal como assinalado por Domingues (1985, 1986), eis que foram constatadas diferenças de enfoque no tratamento dispensado pelos planejadores às disciplinas estudadas. O uso do termo **planejadores** neste contexto é crucial, uma vez que - por considerar principalmente a questão do planejamento - entendemos ser o presente estudo apenas uma análise **preliminar** da questão do conhecimento nos currículos escolares oficiais.

Neste sentido, as conclusões apresentadas nos textos têm, por certo, caráter aproximativo, na medida em que derivam basicamente de análise documental e discussões estabelecidas na própria equipe de trabalho. Compreende-se, então, que elas se enriqueceriam se complementadas por outros estudos voltados ao exame de outras fontes que desvelassem a ocorrência real dessas propostas no cotidiano das escolas de 1º e 2º graus do Estado e do País.

Entendemos, finalmente, que estudos desse gênero são recortes imprescindíveis à compreensão da totalidade do processo educativo escolar, pois viabilizam a mais ampla discussão das nem sempre explicitadas determinações do que se ensina nas escolas e de por que são feitas as escolhas de conteúdos curriculares.

Se nossas intenções e nosso empenho correspondem aos interesses e necessidades dos educadores brasileiros, só estes poderão dizê-lo.

Notas

1. Sobre a Nova Sociologia da Educação, vejam-se os trabalhos de Michael Young: "Knowledge and Control", London, Collier-Macmillan, 1971; Young and Geoff Whitty, "Society, State and Schooling", Barcombe, Lewes, The Palmer Press, 1977.
2. Stephen Ball e Ivor Goodson, "Introduction: defining the curriculum: histories and ethnographies". In Ivor F. Goodson and Stephen J. Ball (orgs.), *Defining the curriculum: History and Ethnographies*. London, The Palmer Press, 1984, p. 3. A tradução é nossa.

As Autoras
Porto Alegre, 1992